AS SITUAÇÕES LIMITES E A MODERAÇÃO NA LEGÍTIMA DEFESA: UM EXAME DA DOCTRINA DE LIMITAÇÕES ÉTICO-SOCIAIS

THE SITUATIONS LIMITS
AND MODERATION IN
SELF DEFENSE: AN
EXAMINATION OF THE
DOCTRINE OF ETHICAL
AND SOCIAL
LIMITATIONS

*Leonardo Siqueira*¹

Professor da Faculdade Damas da
Instrução Cristã

Resumo

O presente artigo investiga a necessidade, a partir da doutrina de limitações ético-sociais à legítima defesa, de uma interpretação diferenciada do requisito moderação, tendo em vista que, em virtude de especial condição do agressor - denominado aqui como situações limites -, não podemos deixar de reconhecer que, mesmo

agindo de forma ilícita, o agressor não deixa de ser sujeito de direitos. Nestes casos, que vamos tratar de forma individualizada, o agredido deve se defender da forma menos lesiva possível, inclusive preterindo uma reação ativa e optar pela fuga.

Palavras-chave

Legítima defesa. Limitações ético-sociais. Moderação

Abstract

This paper investigates the need, from the doctrine of ethical and social limitations of self-defense, a different interpretation of the requirement moderation, given that, due to special condition of the aggressor - called here as borderline situations - we can not fail to recognize that even acting unlawfully, the offender is a subject of rights. In these cases, that we will treat individually, the attacked must defend the least harmful way possible, dismissing an active reaction and choose to escape.

Keywords

Self-defense. Ethical and social limitations. Moderation

1.Introdução

Muito se discute se a moderação na legítima defesa, requisito que limita a intensidade, a duração e o momento da reação legítima, exige a observância de certa proporcionalidade entre os bens envolvidos. Não podemos deixar de assumir que a doutrina brasileira, na

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.

sua grande maioria, exige que o agredido respeite uma certa proporcionalidade ao se defender licitamente.

Acreditamos que um dos principais problemas que surge com a adoção da proporcionalidade como requisito da legítima defesa é a sua confusão com o estado de necessidade, já que nesta se deve observar uma proporcionalidade estrita entre os bens jurídicos postos em conflitos. Todavia, os autores que defendem a proporcionalidade na legítima defesa, afirmam que esta é axiológica, ou seja, o que se exige é uma certa racionalidade entre a agressão e a defesa empreendida, entre o mal evitado e o mal causado².

Apesar de não discordarmos que, em certas situações limites, a reação empreendida pelo agredido não pode ser da mesma forma que a permitida em

qualquer outra situação, porém não podemos concordar com a adoção da proporcionalidade, pois essas duas causas de justificação têm fundamentos diferenciados. A adoção da proporcionalidade no estado de necessidade se justifica pela circunstância de que ambos os envolvidos na situação de perigo não o criaram dolosamente, quer dizer, nesta causa de justificação temos, na verdade, um conflito de bens que não fora provocado pelos envolvidos diretamente na situação de necessidade. Já na legítima defesa, o risco de lesão ao bem jurídico do agredido é causado de forma ilícita e dolosa pelo agressor, e, por esse motivo, falamos que aqui há uma defesa do direito perante o injusto. Ante tal configuração, não é crível defender também a proporcionalidade na legítima defesa, uma vez que temos diferenças substanciais nas hipóteses de cabimento.

Dessa forma, não podemos deixar de interpretar todos os requisitos da legítima defesa a partir da

² MATHIEU, Bautista. La necesidad racional del medio empleado en la legítima defensa. Buenos Aires: Fabián J. Di Plácido, 2003, p. 86.

sua finalidade precípua de defender o direito perante o ilícito. Contudo, não é equivocado afirmar que, em certos casos, a necessidade de defesa do direito perante o injusto é menor, o que leva a restrições, sem cair na ideia de proporcionalidade, no momento da defesa legítima. Essa ideia, que fora defendida pela primeira vez pela doutrina de limitações ético-sociais à legítima defesa, soluciona satisfatoriamente tais questões sem levar a confusão dos institutos. Assim, vamos tratar das principais hipóteses levantadas por essa doutrina e mostraremos as soluções dadas para tais situações limites.

2. Agressor inculpável ou com a culpabilidade diminuída

Primeiramente, cumpre fazer uma diferenciação em relação a uma posição peculiar adotada por uma parte da doutrina. Para tais autores, a culpabilidade do agente, quando se fala de legítima

defesa, deve ser observada quando da análise da injustiça da agressão, ou seja, se o agente age sem culpabilidade não podemos falar de legítima defesa, mas, unicamente, de estado de necessidade. O principal argumento defendido por essa corrente é que só as agressões culpáveis dão ensejo à afirmação do direito perante o injusto, fato que não acontece com os agressores inculpáveis³.

Aqui, apesar de acreditarmos que a afirmação do direito é bem menor do que nos casos normais, estamos ainda na órbita da legítima defesa apesar das limitações impostas ao direito de defesa do agredido. É bem verdade que quando o indivíduo está protegido por uma causa de exclusão de culpabilidade o Direito abdica de aplicar a pena, mas, mesmo assim, pode-se ainda continuar defendendo o

³ BENÍTEZ, Ángela de la Torre. Una aproximación a los limites de la legítima defensa. Bogotá: Universidad externado de Colômbia, 2004, p.25.

direito perante o injusto – de uma maneira reduzida –, protegendo o agredido de uma agressão a bens jurídicos seus⁴. Mas, a ação de legítima defesa deve seguir alguns requisitos que limitam a sua atuação.

Então, frente a agressões de doentes mentais, de crianças, de ébrios sem sentido, de indivíduos que atuem em erro invencível ou de qualquer outra situação que exclua ou diminua a culpabilidade do homem, o agredido deve observar três medidas básicas e obrigatórias.

A primeira medida, que é a menos lesiva possível, impõe que o agredido procure evitar o ataque empregando a fuga. Se não for possível a fuga, o indivíduo deve procurar o auxílio de uma autoridade pública ou de terceiros, caso tais medidas forem menos

lesivas que a própria atuação do agredido⁵.

A segunda medida, que só deve ser tomada caso a primeira não for possível, afirma que o agredido deve se limitar a apurar os golpes do agressor, visando causar o menor dano possível.

Por fim, caso não seja possível, sem graves riscos pessoais para o indivíduo, utilizar-se das duas medidas anteriores, o agredido pode aplicar, ao se defender, meios de forma a atacar o agressor. Todavia, ele deve começar utilizando os meios menos lesivos, mesmo que traga algum perigo para ele ou não se tenha certeza sobre a sua eficácia, para, gradualmente, ir usando meios mais lesivos.

Como foi dito, nessas hipóteses o agredido tem que

⁵ Para um melhor aprofundamento sobre a questão da fuga na legítima defesa, FREITAS, Ricardo de Brito A. P. A legítima defesa da honra e o 'commodus discensus': um enfoque axiológico. Revista de informação legislativa, Brasília, ano 39, n. 156, 33-40, out./dez. 2002. Da mesma forma, CARRARA, Francesco. Programa de direito criminal. São Paulo: Saraiva, 1956, vol. 1.

⁴ ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Madrid: Civitas, 1997, p. 638.

suportar um certo grau de perigo, entretanto, caso tenhamos um perigo de morte ou de lesões corporais de natureza grave, o agredido não tem a obrigação legal de suportá-las, podendo utilizar-se de meios mais eficazes.

O exemplo dado pela doutrina esclarece e fixa melhor essas medidas: Um estrangeiro é ofendido com insultos racistas por menores de idade, e, devido a esse insulto, e sem qualquer ameaça prévia ou tentativa de se afastar do local, dá uma forte tapa em uma das crianças. Deixando de lado qualquer dúvida que possa surgir no tocante à atualidade dos insultos, podemos afirmar que essa reação foi excessiva, o que não aconteceria se o agressor fosse culpável. É importante notar que o agredido nesse caso deveria, primeiramente, ter procurado se afastar do local ou pedir ajuda de terceiros – os pais dos meninos, por exemplo –, se não fosse possível, deveria ter ameaçado os meninos afirmando que se eles não parassem de insultá-lo iriam

receber uma tapa. Caso nenhuma dessas medidas fossem suficientes, o agredido poderia dar uma leve tapa nas crianças. É importante notar que nessa hipótese citada, uma forte tapa sempre seria excessiva, uma vez que, a agressão, apesar de ser antijurídica, não traz perigo algum a vida ou a integridade física do agredido, não sendo necessário, por conseguinte, uma lesão de maior intensidade.

3. Agressões marcadas por relações de garantia

Nas relações de garantia, que são regidas pelas regras da omissão imprópria, que fundamentam a posição de garante – por exemplo, o dever de assistência entre pai e filho ou entre os cônjuges –, a afirmação do direito perante o injusto também é de menor importância.

As mesmas disposições, referentes às limitações da defesa do agredido, desenvolvidas nos casos do agressor ser inculpável ou ter a culpabilidade diminuída,

aplicam-se nesse caso específico.

Essas limitações se justificam devido à necessidade, de ambas as partes, de evitar danos para o outro, e, mesmo sendo possível à legítima defesa, essa deve ser usada de forma limitada, devido o dever de solidariedade recíproco⁶.

Então, se o marido agride a sua esposa praticando lesões corporais leves, essa não pode se defender, por exemplo, por meio de uma faca ou de um revólver, mas, deve se valer das disposições referidas, ou seja, deve procurar ajuda da autoridade pública – delegacia da mulher – ou de terceiros, para que possa, posteriormente, utilizar-se de meios ofensivos.

É interessante ressaltar a ressalva feita por Roxin, pois, como afirma esse autor, essas restrições só valem caso a natureza da agressão não anule o dever de solidariedade do agredido,

como, por exemplo, no caso do marido, por meio de uma agressão, por em perigo a vida ou a integridade física – de forma grave – da sua esposa. Nessa hipótese, a mulher não está obrigada a suportar tais perigos, podendo se utilizar, caso o meio seja necessário, de uma arma de fogo que, eventualmente, possa causar a morte do homem⁷.

Da mesma forma, não existe mais o dever de solidariedade quando, por exemplo, o homem agride, mesmo de forma leve, a sua esposa diariamente e por motivos insignificantes, visto que, ninguém tem o dever de suportar maus tratos contínuos⁸. O mesmo se aplica no caso dos cônjuges já terem se separado de fato, não sendo relevante o fato deles ainda estarem juridicamente casados.

Taipa de Carvalho, ao discorrer sobre a hipótese de

⁶ ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Madrid: Civitas, 1997, p. 651.

⁷ ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Madrid: Civitas, 1997, p. 652.

⁸ ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Madrid: Civitas, 1997, p. 652.

legítima defesa nos casos onde existe um dever de garantia ou quando subsiste uma provocação por parte do indivíduo, acaba por negar ao agredido o direito de uma defesa legítima, já que, só subsistiria o estado de necessidade.

Ele basicamente desenvolve três argumentos para afirmar esse posicionamento. O primeiro refere-se à função preventiva da legítima defesa – decorrência direta da fundamentação social desse instituto –, isto é, no caso onde existe uma intensa e duradoura relação de coabitação entre cônjuges ou pai e filho – o doutrinador limita-se a tais hipóteses – não se verifica na sua plenitude a prevenção geral(positiva e negativa) e a especial, pois, as condições pressupostas para que essa função se materialize(a recusa da proporcionalidade e a possibilidade de se lesar bens do agressor muito mais importantes que os defendido) não é aceitável ética e juridicamente nesses

casos⁹. Para justificar tal posição, o doutrinador traz vários exemplos mostrando a diferença entre um fato ocorrido apenas no seio familiar e o mesmo fato com terceiros envolvidos, como, por exemplo: “As pequenas e esporádicas ofensas entre cônjuges ou mesmo entre pais e filhos não revestem a mesma dignidade penal que as “mesmas” pequenas ofensas quando praticadas contra um terceiro”¹⁰.

Esse é, segundo o próprio autor, o seu argumento principal, o que não deixa de existirem outros. O doutrinador afirma ainda que fica patente uma tensão entre o princípio da solidariedade (existente nas hipóteses de intensa e duradoura coabitação, bem como no caso de provocação) e o direito de legítima defesa que nega o princípio da

⁹ CARVALHO, Américo A. Taipa de. A legítima defesa. Coimbra: Coimbra editora, 1995, p. 448.

¹⁰ CARVALHO, Américo A. Taipa de. A legítima defesa. Coimbra: Coimbra editora, 1995, p. 450.

proporcionalidade de bens¹¹. Em relação ao terceiro argumento, vamos nos furtar no momento de apresentá-lo, visto que, ele é específico para os casos de provocação por parte do agredido. Ao tratarmos dessa questão levantaremos o argumento omissivo.

Apesar de todas as considerações feitas por Taipa de Carvalho, a sua tese não pode prosperar. É certo que nos casos citados pelo doutrinador é necessária uma regulação especial, contudo, não podemos aceitar a sua conclusão que, nesses casos, só ficaria caracterizado o estado de necessidade – regido pelo princípio da proporcionalidade –, mas nunca a legítima defesa. Esse autor afirma que nessas hipóteses não subsistiria uma função preventiva da legítima defesa – tanto a geral quanto a especial – e haveria um conflito entre o princípio da solidariedade e essa causa de justificação. Em relação ao

princípio da solidariedade, remetemos as considerações feitas por Roxin, ou seja, que, dependendo da intensidade da agressão, não existiria mais um dever de assistência mútua.

No tocante a inexistência da função preventiva – principal argumento do autor –, ele pode ser elidido. Abstraindo a dificuldade de se afirmar que uma lei, por exemplo, vai intimidar de uma maneira mais eficaz a sociedade ou um indivíduo, acreditamos que mesmo nos casos citados por Taipa de Carvalho, subsiste a função preventiva da legítima defesa, principalmente em relação às agressões que trazem risco de vida para o agredido, vez que, nessas ocasiões é viável a intimidação de toda a comunidade, para que ela perceba que existem riscos, mesmo dentro do seio familiar, em perpetrar tais ações antijurídicas.

4. Agressões irrelevantes

Convém fazer uma distinção entre as agressões

¹¹ CARVALHO, Américo A. Taipa de. *A legítima defesa*. Coimbra: Coimbra editora, 1995, p. 451.

irrelevantes tratadas aqui e princípio da insignificância. Quando estudamos o tipo penal, nós o fazemos em três planos distintos: o valorativo, o da linguagem e o da realidade. No plano valorativo examina-se se a conduta humana violou o bem jurídico tutelado, pois, se isso não acontecer exclui-se a tipicidade em virtude do princípio da insignificância¹².

Por outro lado, as agressões tratadas nesse tópico são aquelas que dão origem aos delitos privados, as contravenções penais, aos furtos de objetos de pouco valor. Percebe-se que nesses casos a afirmação do direito ainda subsiste, apesar de ser substancialmente menor, o que fundamenta a necessidade da legítima defesa. Da mesma forma, as agressões a bens jurídicos que não sejam penalmente tutelados são consideradas irrelevantes.

Como afirma Roxin, em relação às agressões

irrelevantes, a afirmação do direito perante o injusto não retrocede tanto como nas hipóteses anteriores, que resulta na desnecessidade de procurar, por exemplo, ajuda policial – o que nos casos do agressor inculpável é um requisito obrigatório, mesmo que traga alguns riscos pessoais ao agredido –, podendo ele próprio empregar a defesa necessária e de forma moderada¹³.

Não obstante essa constatação, a ação de legítima defesa tem limites, pois, o agredido não pode com a sua defesa, por exemplo, trazer risco de vida ou de lesões corporais graves ao agressor. Tomemos um exemplo bastante difundido na doutrina: Um paraplégico, que apenas dispõe de uma escopeta no momento, vê um adulto pegando uma única maçã do seu pomar e atira uma só vez no indivíduo, causando a sua morte. Normalmente, a doutrina utiliza esse caso para

¹² BRANDÃO, Cláudio. Teoria jurídica do crime. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 58.

¹³ ROXIN, Claus. Derecho penal: parte general. Madrid: Civitas, 1997, p. 646.

justificar, de forma errônea, a necessidade da proporcionalidade de bens, pois, diante do caso em concreto, o meio foi o necessário para repelir a agressão injusta e a seu uso foi moderado, o que levaria, em tese, a ficar estabelecida à legítima defesa. Apesar dessa doutrina chegar à correta conclusão, vez que, nessa hipótese, não fica configurado a causa justificante, o fundamento não pode ser a proporcionalidade, como já foi dito.

O fundamento para justificar o excesso da legítima defesa é a menor necessidade de afirmação do direito, nos moldes já referidos. No caso exemplificado, se o paraplégico só dispunha daquele meio para defender a propriedade, mas, se esse traz, inexoravelmente, um perigo à vida e à integridade física (de forma grave), a única solução é deixar o indivíduo cometer aquele pequeno furto e depois comunicar tal crime às autoridades competentes.

5. Provocação antijurídica por parte do agredido

Como já foi dito e repetido nos tópicos anteriores, a provocação antijurídica por parte do agredido, como todas as situações limites, apesar de ainda suscitar um direito de legítima defesa, leva a uma limitação no direito de ação por parte do indivíduo. Mas, antes de adentrarmos nos pontos específicos dessa questão, é imperioso frisar a diferença existente entre a provocação tratada no bojo desse trabalho e a provocação intencional.

A provocação intencional é aquela na qual um indivíduo, com o fim de perpetrar, por exemplo, um homicídio, provoca um inimigo seu para que esse realize uma agressão e ele possa reagir sob o manto da legítima defesa, e, consequentemente, não seja punido pela ação.

Um exemplo elucidado bem a questão: Tício planeja há muito tempo matar Mévio, um antigo desafeto seu. Para não ser punido, ele sabe que

tem que provocar Mévio para que o mesmo venha a agredi-lo e ele possa matar o seu inimigo “em legítima defesa”. Para tanto, Tício, na frente dos familiares de Mévio, desfere contra ele palavras de baixo calão e imputa a Mévio o roubo de um banco. Diante de tal situação, Mévio parte para agredir fisicamente Tício, e esse, munido previamente de um revólver, mata-o sob o pretexto de ter agido protegido pelo direito de legítima defesa.

Quando se analisa a legítima defesa como um todo, além dos requisitos objetivos, tem-se que observar o seu requisito subjetivo, ou seja, o *animus defendendi*. Somente age em legítima defesa quem tem a vontade lícita de defender os seus bens jurídicos. No caso citado, fica claro que Tício agiu com a vontade livre e consciente de praticar um homicídio e não uma defesa jurídica dos seus bens, não ficando caracterizado a legítima defesa, o que não aconteceria se o exame fosse unicamente objetivo. Por esse motivo, Tício seria punido,

caso não houvesse nenhuma causa de exclusão de culpabilidade, por homicídio doloso consumado.

Já a provocação que se pretende desenvolver é aquela na qual o agredido, não obstante a sua provocação antijurídica, não busca suscitar uma agressão apesar dessa vir a ocorrer. Dando um exemplo diferente: Tício, sem a intenção de provocar uma agressão por parte de Mévio, injuria-o, fazendo com que Mévio venha a agredi-lo. Nesse caso específico, Tício pode se defender legitimamente, em virtude do ataque antijurídico de Mévio, mas, a sua defesa é limitada, pois, foi ele que provocou, mesmo sem intenção, a agressão.

Feita essa distinção, fica a dúvida se a provocação que restringe a defesa do agredido necessita ser antijurídica ou pode ser também as desaprovadas ético-socialmente.

Acreditamos que unicamente as provocações antijurídicas podem ensejar uma restrição à ação de legítima defesa,

visto que, só elas são capazes de ferir bens jurídicos alheios.

Roxin, ao discorrer sobre o assunto, toma a mesma posição, pois, o que não está proibido é algo que juridicamente as pessoas devem tolerar ou “pagar na mesma moeda”¹⁴. No caso da provocação que não seja antijurídica o agredido pode se defender de uma agressão derivada dessa afronta sem nenhuma restrição, uma vez que, nessa hipótese, ele estará afirmando o direito perante o injusto em toda a sua plenitude.

Por fim, para que a provocação antijurídica venha a restringir a defesa do agredido, é necessário observar o lapso temporal entre a provocação e a agressão por parte do provocado, ou seja, se aquele que foi provocado vem a praticar a agressão meses após o fato, não se pode restringir a defesa do agredido sob o pretexto de uma provocação anterior.

Como já foi referido anteriormente, Taipa de Carvalho afirma a inexistência da legítima defesa nos casos onde entre o agressor e o agredido existe uma intensa e duradoura relação de coabitação e nas hipóteses de provocação da agressão por parte do agredido. Ao discorrermos sobre os casos onde existe uma relação de garantia, levantaram-se os dois argumentos – que são gerais, isto é, para as duas hipóteses – defendidos pelo doutrinador em favor da exclusão do direito de legítima defesa. Agora, é imperioso trazer a tona o terceiro argumento, específico para essa situação.

Tal teórico afirma que, além dos outros dois argumentos, nos casos de provocação deve-se ainda levar em consideração o princípio vitimológico, que conduz a redução do ilícito e da culpa do agressor, e, destarte, surja o princípio de solidariedade mínima que impõe a observância do princípio da proporcionalidade,

¹⁴ ROXIN, Claus. *Derecho penal: parte general*. Madrid: Civitas, 1997, p. 644.

incompatível com o direito de legítima defesa¹⁵.

Não negamos que nas hipóteses de provocação por parte do agredido a sua defesa deve ser limitada, todavia, isso não leva a crer que só subsista o estado de necessidade. Já afirmamos, outrora, que se a agressão trazer perigo à vida ou a integridade física (de forma grave) desaparece qualquer princípio da solidariedade existente. Por conseguinte, rejeitamos o posicionamento defendido pelo doutrinador e reafirmamos o direito de legítima defesa – com as suas limitações – por parte do agredido.

6. Conclusão

A exigência de limites para a reação em legítima defesa, sem dúvida alguma, foi um importante passo na "humanização" do instituto, por entender, mesmo que de forma implícita, que o agressor, não obstante estar

agindo de forma antijurídica, ainda é sujeito de direitos.

Por outro lado, reconhecer o agressor como sujeito de direitos não contradiz a finalidade que atribuímos a legítima defesa, ou seja, a afirmação do direito perante o injusto. Nesse caminho, podemos reafirmar a inexistência de proporcionalidade entre os bens na legítima defesa – na prática isso quer dizer que o agredido pode defender um bem de menor valor em relação ao bem lesionado –, e ratificar o conceito de moderação como uso do meio necessário da forma menos lesiva possível, porém eficaz para repelir a injusta agressão.

Contudo, a necessidade de afirmação do direito perante o injusto é graduável, como tentamos mostrar nas situações limites tratadas. Não resta dúvidas que temos aqui uma menor necessidade de afirmação do direito perante o injusto, o que, consequentemente, vincula o conceito de moderação, impondo ao agredido uma série de

¹⁵ CARVALHO, Américo A. Taipa de. A legítima defesa. Coimbra: Coimbra editora, 1995, p. 453.

restrições a sua forma de reagir a injusta agressão.

Podemos dizer que a doutrina de limitações ético-sociais à legítima defesa tem notória vantagem em relação à corrente doutrinária que defende a proporcionalidade entre os bens no momento da reação, tendo em vista que aquela doutrina não cria uma confusão conceitual entre a legítima defesa e o estado de necessidade, permitindo entender que essas duas causas de justificação tem distintas finalidades, o que leva, obrigatoriamente, a diferentes interpretações quanto aos seus requisitos.

Referências

BENÍTEZ, Ângela de la Torre. *Una aproximación a los límites de la legítima defensa*. Bogotá: Universidad externado de Colômbia, 2004.

BRANDÃO, Cláudio. *Teoria jurídica do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *Introdução ao direito penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CARRARA, Francesco. *Programa de direito criminal*. São Paulo: Saraiva, 1956, vol. 1.

CARVALHO, Américo A. Taipa de. *A legítima defesa*. Coimbra: Coimbra editora, 1995.

FREITAS, Ricardo de Brito A. P. *A legítima defesa da honra e o 'commodus discessus': um enfoque axiológico*. Revista de informação legislativa, Brasília, ano 39, n. 156, 33-40, out./dez. 2002.

MATHIEU, Bautista. *La necesidad racional del medio empleado en la legítima defensa*. Buenos Aires: Fabián J. Di Plácido, 2003.

RÍO, Miguel Angel Iglesias. *Perspectiva histórico-cultural y comparada de la legítima defensa*. Burgos: Universidad de Burgos, 1999.

ROXIN, Claus. *Derecho penal: parte general*. Madri: Civitas, 1997.